

ERRATA

Este artigo no sumário aparece como título: **Avaliação para qual Universidade? Um enfoque sócio/antropológico da reforma da Avaliação tendo como referencial a Universidade em um contexto de globalização.**

Autores: Maria José Jackson Costa e Maria Amélia Sabbag Zainko

Os aspectos perversos da exclusão social no ensino superior: uma análise crítica dos dados sócio-educacionais dos candidatos da UFPR ao vestibular 2002/2003

CARLOS WALTER KOLB*
MARIA AMÉLIA SABBAG ZAINKO**

*Professor da UFPR. Mestrando em Educação do PPGE da PUCPR.

**Professora Orientadora. Doutora em Educação.

Recebido em 25/07/03

Aprovado em 03/05/04

Resumo: O texto aborda a questão da exclusão social no ensino superior no Brasil, enfocando uma das modalidades de exclusão que ocorre no momento do acesso à universidade. O instrumento de aferição adotado é o relatório sócio-econômico dos alunos inscritos nos vestibulares da UFPR nos anos de 2002 e 2003, elaborado pelo Núcleo de Concursos daquela instituição, que é responsável pelo vestibular. A idéia de trabalhar dois anos visa dar maior consistência aos dados. O universo abordado é bastante significativo, uma vez que prospecta dados de mais de 50 mil candidatos em cada um dos anos referenciados. Os números mostram aspectos cruéis da exclusão e de maneira geral denunciam de forma inequívoca a triste deterioração do ensino público no país.

Palavras-chave: ensino superior, exclusão social, acesso, inclusão social.

Abstract: The work shows the issue of social exclusion in the Brazilian higher education system, focusing on one of the exclusion forms that happens at the moment of entrance at the university. The adopted measurement instrument is the socio-economic report filed by students who applied at UFPR in 2002 and 2003. The idea of considering data gathered during two consecutive years aims at assuring more consistency to the data. The study considered data of more than fifty thousand applicants in each of the referred years. The figures show cruel aspects of exclusion, and in general denounce in an explicit way the sad deterioration of the public schools in the country.

Key-words: higher education; social exclusion; access; social inclusion.

Introdução

A exclusão social no ensino é uma triste realidade no Brasil. E ela ocorre em várias instâncias. Num primeiro momento a exclusão ocorre quando a universidade não democratiza as formas de acessos e não implanta políticas de apoio para viabilizar a permanência do aluno na instituição superior. E num segundo momento quando ela se omite de exercer suas funções institucionais e exercer suas responsabilidades sociais.

A Conferência Mundial em Paris de 1998, promovida pela UNESCO, redefiniu os princípios da universidade para o próximo milênio. São alguns desses princípios:

- a) Ser uma comunidade comprometida com a produção e a difusão do conhecimento e do avanço científico, tecnológico e cultural.
- b) Construção da cidadania e a serviço do desenvolvimento social.
- c) Constituir-se em uma comunidade em que as questões sejam apresentadas e debatidas, permitindo propostas e soluções importantes para o desenvolvimento regional, nacional e internacional.
- d) Ser um referencial para que as instituições públicas e privadas possam adquirir informações científicas e tecnológicas para as tomadas de decisões.

Na mesma Conferência, a educação superior foi definida como um bem público, acessível a todos, com base no mérito, reafirmando o conteúdo da declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo, portanto, responsabilidade do Estado.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no parágrafo 1 do artigo 26, declara *“toda pessoa tem direito à educação”* e *“o acesso ao ensino superior será igual para todos, em função dos méritos respectivos”*.

A intenção do presente trabalho é abordar a questão do acesso, mostrando que os princípios acima citados estão muito distantes de serem cumpridos no Brasil. E o instrumento de aferição da nossa realidade será a análise dos dados do questionário sócio-educacional dos alunos inscritos e aprovados nos vestibulares da UFPR nos anos 2002 e 2003. É um instrumento bem elaborado, preenchido pelos alunos no ato da inscrição, apresentando uma gama imensa de dados precisos sobre um universo de mais de 50 mil alunos em cada um dos anos referenciados.

Esses questionários foram gentilmente cedidos pelo Núcleo de Concursos da UFPR, responsável pela elaboração e aplicação dos vestibulares daquela instituição.

Na forma adotada de análise serão avaliados os dados gerais de todos os candidatos e também, em paralelo, os dados relativos apenas aos candidatos do curso de Estatística. A razão da escolha desse curso é analisar um curso noturno que, em tese, oferece condições mais favoráveis para os candidatos com menor poder aquisitivo e, portanto, mais sujeitos a exclusão.

Em 2002, a UFPR teve 52 077 inscritos, e o curso de Estatística, 301. Em 2003, foram 52.448 inscritos que disputaram 4.145 vagas e 312 no curso de Estatística que disputaram nos dois anos 66 vagas.

Um aumento pouco expressivo em termos percentuais, muito embora o número de concluintes do ensino médio, a persistir a tendência dos anos anteriores,

tenha tido um aumento percentual muito maior, principalmente na escola pública. O que ao nosso ver confirma a hipótese de que muitos estudantes oriundos de escola pública acham que enfrentar o vestibular da UFPR é perda de tempo e de dinheiro. O temor decorre da consciência da fragilidade na base adquirida no ensino público.

Essa realidade se confirma se observarmos o número de inscritos na UFPR para o vestibular de 2004. Não obstante o número de alunos que concluem o ensino médio continue em tendência de alta, até por força da questionável política de “Progressão Continuada” que é adotada no ensino fundamental, a única universidade federal do estado teve um total de 46.529 candidatos inscritos para o vestibular 2004. Confrontado com o número de inscritos de 2003 que foi de 52.448, tivemos uma redução de 11,3%.

Um aparente paradoxo, que apenas confirma mais uma vez uma insidiosa e cruel forma de exclusão, que é a introjeção do sentimento de inferioridade no aluno oriundo das escolas públicas, que os leva a nem sequer disputar uma vaga na maior universidade do estado, não obstante ser ela gratuita.

Naturalmente que a taxa de inscrição, de R\$100,00, não é acessível para a maioria desses jovens pertencentes às camadas pobres da população, que vêm aumentando nos últimos anos em decorrência das injunções econômicas trazidas pela globalização e pela política neoliberal vigente.

Tal fato leva a necessidade de uma reflexão inicial sobre a atual política de isenção das taxas de inscrição para alunos oriundos da rede pública de ensino, que comprovem carência. O número atual de isenções na UFPR gira em torno de 2% do número de inscritos. É muito pouco e traduz de imediato o primeiro grande elemento gerador de exclusão.

Idade dos candidatos

O Relatório estabelece vários parâmetros de análise. Um deles é a idade dos candidatos onde a pesquisa tem como limite a faixa de 23 anos e acima de 23. Muito embora no global o número de inscritos não tenha mudado muito, é importante observar que de 2002 para 2003 houve um aumento na faixa acima de 23 anos de 2043 candidatos no geral e 55 no curso de Estatística.

Percebe-se aí um indicativo claro da pressão exercida pelo mercado de trabalho, que leva pessoas a retomar os estudos na busca de qualificação pessoal,

Muitos estudantes oriundos de escola pública acham que enfrentar o vestibular da UFPR é perda de tempo e de dinheiro. O temor decorre da consciência da fragilidade na base adquirida no ensino público.

que permite abrir alternativas de trabalho ou mesmo uma maior estabilidade na atividade exercida.

Em termos percentuais os candidatos com 23 ou mais anos representam no geral 18,06% (2002) e 21,83% (2003). Já no curso de Estatística 49,17% (2002) e a significativa percentagem de 61,86% em 2003. Esses candidatos no curso de Estatística ocuparam 42,42% das vagas em 2002 e 57,58% das vagas em 2003.

Ou seja, os números mostram que os cursos noturnos têm a metade ou mais de suas vagas ocupadas por candidatos com idade igual ou superior a 23 anos. Candidatos esses que de certa forma já estavam excluídos da faixa etária de maior procura pelo ensino superior.

Fica claro também a necessidade de ampliar cursos e vagas no período noturno das instituições públicas, como fator de absorção e de ampliação de oportunidades para uma imensa faixa de excluídos. São pessoas pressionadas pelo mercado de trabalho, necessitando de qualificação pessoal, precisando trabalhar, muitas já com família constituída e na maioria das vezes sem poder aquisitivo para o custeio de uma instituição privada.

Estado Civil

Outro dado que reforça a idéia anterior é observado no campo 03 da pesquisa que questiona o estado civil. Enquanto no geral 6,48% (2002) e 6,21% (2003) dos candidatos eram casados, no curso de Estatística esses percentuais sobem para 16,28% (2002) e 22,44% em 2003.

Procedência dos candidatos

Tomando-se como indicador a procedência dos candidatos também é possível perceber no relatório dados que denunciam a exclusão por razões geográficas. Essa modalidade de exclusão decorre da má distribuição regional das instituições de ensino superior. No campo 05, que informa a residência permanente dos candidatos, verificamos que a UFPR, muito embora seja a única universidade federal do estado, é hoje uma instituição de alcance local. No geral 78,22% (2002) e 78,43% (2003) dos candidatos aprovados são de Curitiba e Região Metropolitana. No curso de Estatística esse número sobe para 81,22% (2002) e 92,42% em (2003) dos aprovados no curso. Teoricamente, até por ser a única, a instituição federal deveria servir a todos os paranaenses. Porém, isso não ocorre. Muito embora de forma tímida a UFPR esteja abrindo sua atuação em ações como o Centro de Biologia Marinha em Pontal e o curso de Veterinária em Palotina, essa ampliação da sua atuação no estado, por meio de novos campi teria que ser intensificada.

Segundo Cavallet (2002), atual Pró-Reitor de Graduação, a UFPR tem a obrigação de levar a sua ação de extensão às regiões carentes do estado, desprovidas de opções no ensino superior e como instituição pública, cumprir o papel de um centro gerador de progresso, oportunidades e igualdade social. Tal assertiva tem como contraponto o fato de que, movidas por uma visão mercantilista, as instituições privadas instalam-se quase sempre nos grandes centros, restando para a universidade pública a responsabilidade social de estender-se de forma capilar às regiões pobres que não oferecem atrativos ao ensino privado. Tais regiões, por serem pobres, numa economia de mercado perdem competitividade econômica e assim não conseguem atrair investimentos que minimizem as forças de desemprego e miséria.

Nível de instrução dos pais

Outro dado significativo é observado no campo 07 do Relatório, que estabelece o nível de instrução do pai do candidato. Enquanto no geral 1,86% (2003) dos pais são analfabetos, esse número sobe para 5,77% (2003) para os candidatos do curso de Estatística. No outro extremo, no geral, 29,02% (2003) dos pais dos candidatos têm curso superior completo. Esse número cai para 8,97% (2003) para os candidatos de Estatística. É mais um indicativo das dificuldades maiores que os candidatos dos cursos noturnos enfrentam na tentativa de ascensão social, garantida pela qualificação profissional obtida num curso superior. E essas dificuldades normalmente persistem ao longo do curso, não só na manutenção pessoal como também nas deficiências do ensino fundamental e médio.

Tais dificuldades são observadas em maior intensidade em disciplinas que exigem pré-requisitos de conhecimentos como, por exemplo, Cálculo Diferencial e Integral, nos cursos da Área de Ciências Exatas. Tais fatores produzem uma modalidade de exclusão pós-vestibular.

Renda familiar dos candidatos

Na seleção de dados que indicam formas de exclusão, o campo 11 do Relatório também fornece elementos para reflexão. É o item que tabula a faixa de renda total da família do candidato.

Se considerarmos até a faixa de renda limitada em R\$ 1.500,00, no aspecto geral dos candidatos este alcança o percentual de 50,95% (2002) e 48,71% (2003) na totalidade dos candidatos. No curso de Estatística a mesma faixa atingiu 74,01% (2002) e 70,74% (2003). O critério para a escolha de R\$ 1.500,00 é a faixa aproximada a partir da qual é necessária declaração de Imposto de Renda. É também uma faixa de renda que com certeza não permitiria o pagamento de uma mensali-

dade numa instituição privada de ensino, uma vez que a renda declarada é a renda total da família. Em muitos cursos a mensalidade é superior a esse teto.

Esse é um número expressivo. Arredondado para 50% na listagem geral os candidatos com renda familiar abaixo dos R\$ 1.500,00 em 2002 e 2003, um número em torno de 26.000 de um total de 54.448 estaria imediatamente alijado da possibilidade de ingresso numa instituição privada. A prática ainda mostra que o número é maior. Enquanto a UFPR manteve em 2002 e 2003 um número em torno de 52.000 candidatos a segunda maior instituição de ensino superior do estado que é a PUCPR teve um número de inscritos um pouco acima de 10.000, ou seja, em torno de 40.000 candidatos inscritos na UFPR não se inscreveram na PUCPR. Evidentemente que outras causas podem ter influenciado nesses números, mas não há dúvidas de que o fator econômico foi preponderante.

Se observarmos o teto máximo da renda familiar aferida, que é acima de R\$ 5.000,00, enquanto na listagem geral temos 8,48% (2002) e 9,10% (2003), no curso de Estatística temos 2,66% (2002) e 0,64% em (2003).

São dados inequívocos que apontam de maneira contundente a exclusão social no ensino superior. E a renda menor causa dificuldades diversas traduzidas em resultados que aumentam os desníveis. É o somatório das dificuldades do dia-a-dia, tempo gasto com sistemas de transporte coletivo precário, alimentação deficiente, falta de recursos didáticos como livros, internet e outros como escolas públicas de ensino fundamental e médio deficientes, além de outras mazelas resultantes das dificuldades financeiras que agravam o processo de exclusão. Os números indicam claramente. Na listagem geral dos candidatos com renda até R\$ 1.500,00 em 2002 os 50,95% dos candidatos concorrentes ocupavam 39,16% das vagas. Em 2003 os 48,71% situados na faixa ocupavam 33,81% das vagas. Já no curso de Estatística ocorre um fato que chama a atenção. Em 2002 os 74,01% dos candidatos com renda abaixo de R\$1.500,00 ocuparam 68,45% das vagas e em 2003 os 70,74% dos concorrentes da faixa ocupavam 65,15% das vagas.

É interessante observar a partir dos números anteriores que nos cursos noturnos os números não indicam uma diferença tão expressiva entre as faixas de menor renda e os aprovados. Esse dado mostra que, de alguma forma, os referidos cursos ainda representam uma esperança maior de acesso ao ensino superior público para a faixa da população de menor poder aquisitivo. É também necessário observar serem esses cursos de menor atração por não apresentarem o mesmo "status" dos cursos como Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito, Engenharia e outros.

Naturalmente o simples acesso a uma vaga numa universidade pública não significa o êxito do candidato quanto à conclusão do curso. Muitas vezes a formação precária no ensino fundamental e médio consorciadas com as dificuldades de manutenção pessoal acabam resultando em barreiras intransponíveis para o candidato.

Necessidade de trabalhar

Os campos 14 e 15 do Relatório da UFPR mostram de maneira clara que as universidades públicas devem flexibilizar seus horários para permitir que o aluno aprovado possa exercer uma atividade remunerada na maioria dos cursos. Vamos aos números aferidos. O campo 14 pergunta com que idade o candidato começou a exercer atividade remunerada. Confrontando novamente as relações completas de candidatos com os específicos do curso de Estatística, na listagem geral 44,11% (2002) e 45,72% (2003) nunca trabalharam. Esses alunos ocupavam respectivamente 51,19% (2002) das vagas e 54,98% (2003). No curso de Estatística 6,94% (2002) e 10,90% (2003) nunca trabalharam, e ocuparam 13,64% (2002) e 16,67% (2003) das vagas.

Na listagem geral, dos 10 anos aos 18 anos de idade 43,58% (2002) e 42,81 (2003) já exerceram atividade remunerada. No curso de Estatística, para a mesma faixa 77,41% (2002) e 68,59% (2003) já trabalharam. Sobre a continuidade ou não da atividade paralela remunerada temos o quadro 15 do Relatório. Segundo ele, na listagem geral, questionados se serão obrigados a trabalhar durante o curso, 43,54% (2002) e 43,39% (2003) disseram que sim. Ou seja, quase a metade dos candidatos precisarão do trabalho para poder manter-se na universidade. Já no curso de Estatística a mesma pergunta resultou em 86,72% (2002) e 86,54% (2003) de alunos que precisarão trabalhar durante o curso.

No momento em que a estruturação dos cursos deixar de levar em conta esses dados, estará promovendo institucionalmente a exclusão na universidade pública. Esses alunos sem a atividade remunerada não terão como se manter. Na vivência profissional como professor do curso de Estatística é comum observarmos a consequência disso. O aluno com dificuldades financeiras se desmotiva, reprova sistematicamente e na maioria das vezes, numa demonstração de desesperança e desmotivação total, simplesmente abandona o curso sem nem mesmo ter o cuidado de trancá-lo oficialmente por um período para ter a alternativa de retornar a vaga. Muitos apenas renovam a matrícula a cada ano sem consumir a desistência. Com isso continuam ocupando uma vaga na instituição pública por vários anos muitas vezes gerando custos, sem resultado prático algum.

Escola freqüentada

Já o campo 16 quantifica os candidatos quanto ao tipo de escola freqüentada no ensino fundamental. Na listagem geral, 45,99% (2002) e 46,97% (2003) dos candidatos freqüentaram somente a escola pública e ocupavam respectivamente 33,89% (2002) e 30,92% das vagas. No curso de Estatística foram 69,77% (2002) e 70,83% (2003) ocupavam 59,09% (2002) e 53,03% (2003) das vagas no curso.

Na mesma pesquisa, na listagem geral 30,21% (2002) e 31,06% (2003) freqüentavam somente a escola privada e ocupavam 43,29% (2002) e 46,98% (2003). No curso de Estatística foram 11,96% (2002) e 10,58% (2003) que ocupavam 21,21% (2002) e 18,18% (2003) das vagas. São números que novamente denunciam a baixa qualidade da escola pública no ensino fundamental.

Quando analisamos o campo 18 do Relatório que pergunta onde o candidato fez o ensino médio os números não mudam muito.

Nessa questão, na listagem geral, 43,36% (2002) e 43,09% (2003) fizeram todo o curso em escola pública e ocuparam 35,91% (2002) e 32,54% (2003) das vagas. No curso de Estatística temos 66,11% (2002) e 67,63% (2003) oriundos da escola pública que ocuparam 60,61% (2002) e 54,55% (2003) das vagas. É importante observarmos que nos cursos noturnos os alunos aprovados formados na escola pública são maioria. Naturalmente que entra de novo a questão de serem cursos de menor procura por razões já expostas, mas não deixa de ser um dado precioso por permitir o acesso ao ensino superior de uma camada de forma geral mais carente.

Esse dado é particularmente relevante. Existe já um projeto de lei tramitando no Senado da República estabelecendo que 50% das vagas nas instituições públicas de ensino superior sejam destinadas a alunos oriundos das escolas públicas. Algumas instituições, como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, através de uma lei estadual, já implantaram um sistema de cotas. Se uma medida similar for implantada na UFPR causarão nos cursos noturnos uma espécie de exclusão às avessas, uma vez que nesses cursos os alunos provenientes da rede pública de ensino já ocupam naturalmente mais de 50% das vagas. Esse dado nos parece despercebido por muitos defensores da idéia.

Se observarmos os alunos que fizeram o ensino médio integralmente em escolas particulares temos na listagem geral 38,13% (2002) e 38,44% (2003) que ocuparam 48,20% (2002) e 52,11% (2003) das vagas. Em 2003 onde 38,44% ocuparam mais da metade das vagas da UFPR temos mais um indicativo de deficiência da escola pública também no ensino médio. No curso de Estatística, 13,62% (2002) e 14,74% (2003) são egressos do ensino médio em escolas particulares e ocuparam 21,21% (2002) e 25,76% (2003) das vagas, mantendo também aqui um melhor desempenho que os alunos de rede pública.

Outro indicativo de significativa exclusão social é o campo 20 do Relatório que pesquisa o turno em que o candidato cursou o ensino médio. Considerando o grande número de candidatos que precisam trabalhar conforme já comentado anteriormente, a tendência maior é que os mesmos exerçam atividade profissional durante o dia e freqüentem o ensino médio noturno.

Nesse aspecto os números são muitos duros. No conjunto de todos os candidatos, 18,22% (2002) e 16,30% (2003) fizeram todo o ensino médio no período

noturno e ocuparam 10,58% (2002) e apenas 7,54% (2003) das vagas. Ou seja, em 2003 apenas 313 candidatos aprovados em um total de 4.149 vieram do curso noturno. Esse relativamente pequeno número de candidatos é mais um indício forte do desestímulo dos alunos oriundos da escola pública e particularmente dos cursos noturnos, ao que tudo indica, de enfrentar o vestibular da única universidade federal do estado. No mesmo campo, os alunos que fizeram todo o ensino médio no período diurno representaram 62,38% (2002) e 65,02% (2003) do conjunto e ocuparam 73,32% (2002) e 78,09% (2003) das vagas. Um indicativo claro de que no turno noturno as condições de ensino no ciclo médio estão muito distantes do ideal.

E esses números de aprovados vindos do turno noturno ainda ocorreram na maioria nos cursos de menor procura. Se observarmos, no curso de Estatística tivemos 43,52% (2002) e 41,99% (2003) dos candidatos que cursaram todo o ensino médio no turno da noite. E esses ocuparam 37,88% (2002) e 30,30% (2003) das vagas numa relação não tão desigual quanto os números do quadro geral. De todos os dados observados até então essa forma de exclusão nos parece ser especialmente séria e também cruel.

Portanto, fica clara nesse cenário a necessidade de repensar os cursos noturnos, na faixa do ensino médio principalmente para que esses alunos possam competir em melhores condições e reverter os atuais quadros através do acesso ao ensino superior, permitindo assim mobilidade social e equidade.

Segundo o INEP, já em 1999, num universo de 2.369.945 alunos matriculados no ensino superior 1.321.058 já estavam matriculados nos cursos noturnos; 1.023.678 na rede privada (66,6%) e 297.380 na rede pública (33,4%). O ano é emblemático pois pela primeira vez os alunos do curso noturno representaram a maioria (55,7%). Segundo o censo de 2002, recentemente publicado, já temos em 2003 um número superior a 3.400.000 alunos matriculados. Com certeza esse aumento de mais de um milhão de alunos em 3 anos deve ter ampliado essa maioria freqüentando o período noturno no ensino superior. Esses dados de 2004 a UFPR ainda não os tem tabulados.

São números expressivos e que confirmam a tendência observada nos questionários da UFPR, onde a maioria absoluta dos alunos (90%) do período noturno declarou que vão precisar trabalhar durante o curso. Não é difícil concluir que desses 1.023.678 alunos da rede privada que freqüentavam cursos noturnos em 1999, um número expressivo desses alunos não encontrou vagas na rede pública e um número muito maior ficou fora da universidade por não poder custear um curso noturno numa instituição privada.

É válido observar que na própria UFPR existem grandes espaços ociosos no período noturno, que poderiam estar sendo usados numa imediata ampliação de vagas nesse período.

Os pré-vestibulares

Na resultante da precariedade do ensino fundamental e principalmente do ensino médio, não só na rede pública, mas também em boa parte da rede privada, somado às altas concorrências na relação candidatos/vagas notadamente em alguns cursos das universidades públicas, a disputa acirrada por essas vagas institucionalizou a figura dos cursos pré-vestibulares ou cursinhos preparatórios.

Com eles vem a reboque uma nova forma de exclusão social no ensino superior. Ela é determinada pelo fato de que a grande maioria dos estudantes que concluem o ensino médio não consegue acessar esses cursos. Como a principal propaganda dos mesmos é os índices de aprovação, essas instituições montam sistemas educacionais que somam tecnologia, rigor no cumprimento integral dos programas, professores de grande poder de comunicação, material de alta qualidade gráfica e regionalizado, ou seja, ajustado às características regionais dos vestibulares, além de uma carga horária maior.

O somatório de tudo isso resulta numa espécie de treinamento para enfrentar o vestibular. Polêmicos, bastante questionados por educadores, esse treinamento especialmente no preparo para os cursos mais disputados acaba trazendo resultados práticos. Como exemplo disso, o maior pré-vestibular de Curitiba em 2003 ocupou oito dos 10 primeiros classificados do vestibular da UFPR em 52.448 candidatos e ficou com 116 das 176 vagas do curso de Medicina na mesma instituição, que é o curso que exige a nota mais alta para aprovação.

E a nova modalidade de exclusão surge pela menor competitividade dos candidatos que, por razões financeiras, não conseguem freqüentar esses cursos.

O Relatório da UFPR, nos campos 21 e 22, faz também a pesquisa sobre os candidatos que freqüentaram cursos preparatórios. Na listagem geral dos candidatos foram 58,38% (2002) e 56,17% (2003) que ocuparam respectivamente 69% (2002) e 66,33% (2003) das vagas. Já se observarmos o curso de Estatística, freqüentaram cursos preparatórios 55,15% (2002) e 49,40% (2003) que ocuparam 68,18% (2002) e 57,58% (2003) das vagas. Ou seja, quase 70% dos aprovados passaram por um curso preparatório.

É importante observar que, ao contrário de outros índices estatísticos aferidos, a realidade não se altera muito para o curso de Estatística.

Portanto, mesmo sob a acusação de ser a figura do curso preparatório um certo sub-produto de educação, de ser didaticamente questionável por teoricamente priorizar o treinamento sobre a didática, de ter servido para fazer fortuna de grupos empresariais ligados à educação, a sua ação hoje é muito expressiva nos resultados. Assim, ao persistir o modelo atual de ingresso nas universidades públicas, os números mostram de forma clara que o não acesso ao curso preparatório é um fator altamente gerador de exclusão.

Daí, as ações isoladas de instituições que promovem cursos preparatórios alternativos estão plenamente justificadas por estes números.

É claro que apenas permitir o acesso não garante a inclusão. Mas, sem ele, qualquer outra medida não teria razão de ser. Portanto, as propostas para que as universidades públicas montem cursos pré-vestibulares para alunos carentes são também justificadas por esses números. Muito embora seja uma ação pontual, qualquer alteração das formas atuais de acesso que poderia mudar essa realidade, para serem implantadas, se o forem, exigirão algum tempo. Daí, as medidas de apoio para os cursos preparatórios alternativos por parte das próprias instituições públicas e incentivar os que já existem seriam ações que, mesmo isoladas e não suficientes, poderiam diminuir a exclusão pelo menos na questão do acesso, em menor prazo.

Também seria premente a necessidade de políticas de apoio voltadas para a permanência do candidato aprovado na universidade.

O campo 22 do Relatório, que pergunta o que levou o candidato a fazer o curso preparatório, mostra alguns dados que indicam já uma certa cultura de aceitação da necessidade do pré-vestibular. No quadro geral dos candidatos 22,92% (2002) e 18,46% (2003) responderam que fizeram o preparatório porque *“meu colégio não prepara adequadamente para o vestibular”*. Já 11,16% (2002) e 10,22% (2003) justificaram no item *“para atualizar meus conhecimentos, porque parei de estudar há algum tempo”*. No mesmo campo 6,70% (2002) e 6,39% (2003) alegaram como motivo *“meu colégio prepara para o vestibular, mas o cursinho ensina os macetes”*.

Já no curso de Estatística, observamos uma inversão de prioridades. Na pesquisa 24,58% (2002) e 19,23% (2003) justificaram no item *“para atualizar meus conhecimentos, porque parei de estudar a algum tempo”*, foi a resposta de maior incidência. Esses números confirmam o já detectado afluxo maior de candidatos com idade superior a 23 anos ou mais nos cursos noturnos.

É outro item da pesquisa que destaca também a importância da instituição pública e gratuita para oportunizar o acesso ao ensino superior.

Não obstante a explosão do ensino superior privado notadamente em Curitiba e região metropolitana, o campo 24 da pesquisa questionou quantos vestibulares o candidato pretendia prestar em 2002 e 2003. Na listagem geral, 35,83% (2002) e 35,735 (2003) fizeram só o vestibular da UFPR. Um número próximo a 20.000 candidatos. No curso de estatística esses números sobem impressionantemente para 52,16% (2002) e 53,53% (2003). Ou seja, candidatos que com certeza pela condição econômica têm na universidade pública a alternativa única para ingresso no ensino superior.

Distribuição étnica dos candidatos da UFPR

Esse quesito foi implantado na UFPR somente a partir de 2003, motivado com certeza pelas discussões sobre a inclusão das cotas étnicas que se incrementaram principalmente no ano de 2002. Os números aferidos mostram de forma clara que a composição étnica regionalmente diferenciada no Brasil tem que ser considerada em qualquer discussão prévia que se faça. Na listagem geral dos candidatos 86,69% dos candidatos se auto-declararam brancos e ocuparam 88,55% das vagas. Em segundo lugar vêm os auto-declarados pardos que representaram 6,64% e ocuparam 5,66% das vagas. Depois a raça amarela com 3,87% que ocuparam 4,34% das vagas; em seguida os auto-declarados negros que representaram 2,18% dos candidatos e ocuparam 1,01% das vagas.

No curso de Estatística 83,60% são brancos e ocuparam 87,88% das vagas. Se a somatória dos pardos e negros na listagem geral soma 8,82% dos candidatos, no curso de Estatística esse total sobe para 13,83% dos candidatos, outro parâmetro indicador de condição de desvantagem econômica dessas etnias.

Numa reflexão final sobre a análise do universo respeitável de mais de cinquenta mil candidatos da UFPR nos anos 2002 e 2003, pelo questionário, gentilmente cedido pelo Núcleo de Concursos da instituição, acreditamos ter delineado um perfil que permite algumas reflexões preciosas sobre o ensino superior no Brasil e particularmente no Paraná.

Não há dúvidas de que o modelo atual em vários aspectos é excludente. Na intenção de sugerir alternativas que minimizem essa exclusão, temos dois horizontes a considerar. Um primeiro horizonte impõe a necessidade de medidas pontuais, de ações localizadas, que vão ao encontro das regras atuais de acesso e por meio dessas ações tentam equalizar condições de competição e disputa de vagas.

E também seria premente a necessidade de políticas de apoio voltadas para a permanência do candidato aprovado na universidade. Nesse aspecto nada ou quase nada vem sendo feito. O financiamento do ensino superior pelo FIES não obstante as recentes alterações continua sendo uma ação de pouca eficiência, pois alcança um número relativamente muito pequeno de estudantes, não tem regras claras e segue normas de um financiamento ancorado nas leis de mercado. É questionável classificá-la como política de inclusão social no ensino superior.

No segundo horizonte a médio e longo prazo, as medidas equalizadoras viriam de novas formas de acesso à universidade. Além, normalmente do aumento de instituições e mais vagas no setor público. No entanto, a curto, médio e longo prazo, os números aferidos também comprovam que a grande medida redentora seria uma retomada do compromisso com a escola pública. Políticas sérias e ações concretas sem as quais os quadros atuais seguirão segregando cada vez mais e contribuindo para a consolidação de uma idéia de país injusto, desigual, socialmente cruel, com todas as mazelas decorrentes dessas condições.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Nelson Cardoso. Estado e Financiamento Universitário. **O Fundo Público Federal e a Educação Superior no Brasil**. Piracicaba, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba.
- BANCO MUNDIAL. Seminário do relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. **Panorama geral da luta contra a pobreza: oportunidade, autonomia e segurança, 2000**.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, **Referências Curriculares**. Brasília, 1998, v. I.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96 de 24 dez. 1996.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Geografia da Educação Brasileira**. 2001.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Revista Avaliação**. Campinas: Separata Cípedes, v. 4, n. 3, Setembro, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP: 2001.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: Trindade, Helgio (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**: 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.
- Construindo a avaliação institucional na Universidade Federal do Paraná. **UFPR, 2002**. (Akel, Z et al).
- COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social**. São Paulo, 1998.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.
- DEMO, P. Função Social da Universidade: algumas considerações a partir da política social. **Revista de Educação Brasileira**, 1983.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. In: Freitas, L. C. (Org.). Florianópolis: Insular, 2002.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e privatização do ensino superior. In: TRINDADE, H (org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes/Rio Grande do Sul: 1999.
- DIAS SOBRINHO, J. D. & BALZAN, N. C. (Orgs). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.
- DIAS SOBRINHO, J. RISTOFF, D (Orgs.) **Universidade Desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

- EYNG, A. et al Anais do Seminário Internacional. de Políticas e Gestão da Educação Superior.
- FERNANDES, Melito. Começo Errado. **Revista Época**. v. 248, p. 34 – 38, 17 fev/2003. Ed. Globo – RJ.
- FERNANDES, Melito. As cotas nos tribunais. **Revista Época**. v. 249, p. 42-43. 24 fev. 2003. Ed. Globo – RJ.
- GENTILI, P. **O consenso de Washington e a crise da educação na América Latina**. A falsificação do consenso. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOERGEN, Pedro. Ensino Superior e Formação: elementos para um olhar amplo de avaliação. **Revista Avaliação**. v.6. n° 4 – dez. 2001.
- GOERGEN, P. A Avaliação Universitária na Perspectiva da pós-Modernidade. In: DIAS SOBRINHO, José e RISTOFF, Dilvo (orgs.), **Universidade Desconstruída. Avaliação Institucional e Resistência**, RAIES/Editora Insular, Florianópolis, 2000.
- GOERGEN, Pedro. A universidade no mundo globalizado. Anais, **Seminário Internacional, Políticas e Gestão da Educação Superior**. Curitiba: Champagnat, 2002.
- GOIS, Antonio; PETRY, Sabrina. Na era das cotas, negro é o 1º em Medicina. **Folha de São Paulo**. 08 fev. 2003, p. c1.
- GOIS, Antonio; PETRY, Sabrina. Para UERJ cotas podem ser “desastrosas”. **Folha de São Paulo**. 09 fev. 2003, p. c1.
- KLENK, Lenise A. Evasão escolar dos paranaenses é a maior do sul e sudoeste do país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 abril. 2003, p. 3.
- KLENK, Lenise A. Aumento de vagas no ensino superior. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 fev. 2003, 2003, p.4.
- KLENK, Lenise A. Exclusão no ensino superior. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 fev. 2003, p. 5.
- KLENK, Lenise A. UFPR tem poucos estudantes negros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 fev. 2003, p. 3.
- LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCOVITCH, Jacques. **A universidade impossível**. São Paulo: Futura, 1998.
- NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Ajuda externa para a educação brasileira. Da USAID ao Banco Mundial**. Cascavel: Edunioeste, 1999.
- PERRENOUD, P. **Construindo competências desde a escola**. Porto Alegre, Artmed, 1998.
- PNE. **Plano Nacional de Educação. Projeto de Lei n. 4.155/98, Brasília, 2000.**

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação Superior, Direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96)**. São Paulo: Edusp, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma globalização alternativa: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIQUEIRA, Ângela C. de. Word Bank / Unesco Joint Document on Higher Education. **Revista Avaliação**, Campinas: Separata Cípedes, v.6, n.1, Março, 2001.

TRINDADE, H (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes/Rio Grande do Sul: 1999.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

IESALC/UNESCO, Frente al Cambio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe.

CRESALC – Centro Regional de Ensino Superior da América Latina e Caribe. Caracas: Unesco, 1995.

UNESCO. A Unesco e o futuro do ensino superior: **documentos da Conferência Mundial sobre a educação superior**. Paris: Outubro, 1998. UFPR, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório do Núcleo de Concursos. Vestibular 2002/2003**.

YARZÁBAL, Luis. **Consenso para a mudança na educação superior**. Curitiba: Champagnat, 2002.

YARZÁBAL, Luis. La Educación Superior Contemporanea en América Latina. Anais, **Seminário Internacional políticas e Gestão da Educação Superior**, Curitiba: Champagnat, 2002.

YARZABÁL, Luis. Impactos Del Neoliberalismo sobre la Educación Superior en América Latina. **Revista Avaliação**, Campinas, SP: Separata Cípedes, v.6, n. 1, Março, 2001.

ZAINKO, M. A. S.; PINTO, M. L. T. (Org.) **Avaliação Institucional na UFPR: a trajetória de uma década, 1987 – 1997**. Curitiba: UFPR, 1998.

ZAINKO, M. A. S. **Planejamento, Universidade e Modernidade**. Curitiba: AII- Graf editora, 1998.

ZAINKO, Maria Amélia; PINTO, Maria Lucia Accioly Teixeira; BETTEGA, Maria Odete de Pauli. A política de formação de professores para a escola básica no Brasil, novos rumos, nova prática? **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 2, n. 4, 2º semestre, 2001.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag; GISI, Maria Lourdes. **Políticas e Gestão da Educação Superior**. Curitiba. Ed. Champagnat e Insular, 2003